

Matriz SIPOC
Processo - Licenciamento Sanitário

LEIS, DECRETOS, RESOLUÇÕES E PORTARIAS PARA CONSULTA E PLANEJAMENTO DA INSPEÇÃO	
Lei Estadual Nº 10.760, de 16 de dezembro de 1982	Dispõe sobre o Sistema de Saúde do Estado do Ceará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde.
Decreto Nº31.198, de 30 de Abril de 2013.	Institui o Código de Ética e Conduta da Administração Pública Estadual, e dá Outras Providências.
Lei Estadual Nº 15838 de 27/07/2015	Dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Prestação de Serviço Público.
Portaria Estadual Nº2561/2009	Institui Normas Éticas a Serem Observadas pelos Agentes Públicos com Exercício Funcional Junto À Vigilância Sanitária Estadual e dá Outras Providências.
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.
Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011	Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde– SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.
Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999	Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013	Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impeditos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001 e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.
Lei Federal nº 6437/1977	Configura as infrações à legislação sanitária federal, estabelece sanções e outras providências.
Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019	Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.
RDC nº 153, de 26 de abril de 2017	Dispõe sobre a Classificação do Grau de Risco para as atividades econômicas sujeitas a Vigilância Sanitária para fins de licenciamento.
Instrução Normativa nº 16, de 26 de abril de 2017	Dispõe sobre a lista de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, classificados por grau de risco para fins de licenciamento sanitário.
Portaria de Consolidação (PRC) Nº 5/2017 (Anexo XX)	Controle e vigilância da água para consumo humano e padrão de potabilidade
Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976	Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.
Decreto nº de 8.077, de agosto de 2013	Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360/1976.
Lei nº 5.991, de 17/12/1973	Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos Farmacêuticos e correlatos.
Lei nº 13.732, de 8/11/ 2018	Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, para definir que a receita tem validade em todo o território nacional, independentemente da unidade federada em que tenha sido emitida. VALIDADE DO RECEITUÁRIO DO MEDICAMENTO EM TODO O PAÍS

PRODUTOS

FARMÁCIA COM MANIPULAÇÃO	
RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007	Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficinas para uso humano em farmácias.
RDC nº 87, de 21 de novembro de 2008	Altera o Regulamento Técnico sobre as Boas Práticas de Manipulação em Farmácias.
RDC nº 21, de 20 de maio de 2009	Altera o item 2.7 do Anexo III, da Resolução nº 67, de 8 de outubro de 2007.
RDC 44/2009 Alterada por: RDC 41/2012	Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias. (Normativa com forte interface com a fiscalização, se relacionando com serviços de saúde quando trata da prestação destes serviços nas farmácias)

Matriz SIPOC
Processo - Licenciamento Sanitário

RDC 44/2009 Alterada por: RDC 41/2012	Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias. (Normativa com forte interface com a fiscalização, se relacionando com serviços de saúde quando trata da prestação destes serviços nas farmácias)
RDC nº 21, de 20 de maio de 2009	Altera o item 2.7 do Anexo III, da Resolução nº 67, de 8 de outubro de 2007.
RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009	Dispõe sobre as Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias.
IN nº 9, de 17 de agosto de 2009	Dispõe sobre a relação de produtos permitidos para dispensação e comercialização em farmácias e drogarias.
RDC nº 41, de 26 de julho de 2012	Altera a Resolução RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre as Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e revoga a Instrução Normativa IN nº 10, de 17 de agosto de 2009.
RDC nº 275, de 9 de abril de 2019	Dispõe sobre procedimentos para a concessão, alteração e cancelamento da Autorização de Funcionamento (AFE) e de Autorização Especial (AE) de farmácias e drogarias.
Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998	Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.
Portaria nº 6, de 29 de janeiro de 1999	Aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 que instituiu o Regulamento Técnico das substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.
RDC nº 80, de 11 de maio de 2006	As farmácias e drogarias poderão fracionar medicamentos a partir de embalagens especialmente desenvolvidas para essa finalidade de modo que possam ser dispensados em quantidades individualizadas para atender as necessidades terapêuticas dos consumidores e usuários desses produtos.
RDC nº 58, de 05 de setembro de 2007	Dispõe sobre o aperfeiçoamento do controle e fiscalização de substâncias psicotrópicas anorexígenas.
Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000	Restringe a venda de esteroides ou peptídeos anabolizantes.
Lei nº 13.410, de 28 de dezembro de 2016	Altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009; para dispor sobre o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.
RE nº 1.477, de 11 de julho de 1997	Veda aos médicos a prescrição simultânea de drogas tipo anfetaminas, com um ou mais dos seguintes fármacos: benzodiazepínicos, diuréticos, hormônios ou extratos hormonais e laxantes, com finalidade de tratamento da obesidade ou emagrecimento.
RDC nº 202, de 18 de julho de 2002	Determina que a notificação de Receita A não será exigida para dispensação de medicamentos à base das substâncias morfina, medetona e codeína, ou seus sais, a pacientes em tratamento ambulatorial, cadastrados no Programa Nacional de Assistência à Dor e Cuidados Paliativos, do Sistema Único de Saúde.
RDC nº 128, de 2 de dezembro de 2016	Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Produtos à base de Canabidiol em associação com outros canabinóides, dentre eles o THC, em conformidade com o capítulo I – seção II da Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 17, de 6 de maio de 2015).
Lei nº 11.951, de 24/06/2009	Altera o artigo 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973.- Captação de receita
INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE	
RDC nº 16, de 28 de março de 2013	Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso In Vitro.
IN nº 8, de 26 de dezembro de 2013	Estabelece a abrangência da aplicação dos dispositivos do Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso In Vitro para empresas que realizam as atividades de importação, distribuição e armazenamento.
INDÚSTRIA DE GASES MEDICINAIS	
RDC nº 301 de 21 de agosto de 2019	Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos
IN 38 de 21 de agosto de 2019	Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação Complementares a Gases Medicinais.
RDC nº 32 de 05/07/2011	Dispõe sobre os critérios técnicos para a concessão de Autorização de Funcionamento de empresas fabricantes e envasadoras de gases medicinais.
Norma Técnica NBR 12.188-2016	Estabelece os requisitos para a instalação de sistemas centralizados de suprimento de gases medicinais, como o oxigênio medicinal 99, o oxigênio medicinal 93, o dióxido de carbono medicinal, o óxido nítrico medicinal, o ar comprimido medicinal e o ar sintético medicinal; de gases para dispositivos médicos, como nitrogênio e argônio, limitados a estes; e de produção de vácuo para uso em serviços de saúde.
INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS	
RDC nº 10, de 21 de março de 2011	Aprova o Regulamento Técnico que estabelece os requisitos mínimos para a garantia da qualidade de medicamentos importados.
RDC nº 26, de 15 de maio de 2013	Altera o artigo 8º da RDC nº 10, de 21 de março de 2011.
RDC nº 234, de 20 de junho de 2018	Dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos (revoga o parágrafo único do art. 8º e o parágrafo único do art. 9º da RDC nº 10/2011).

Matriz SIPOC
Processo - Licenciamento Sanitário

RDC nº 31, de 26 de maio de 2013	Aprova o Regulamento Técnico de procedimentos comuns para as inspeções nos estabelecimentos farmacêuticos nos Estados Partes e Conteúdo Mínimo de Relatórios de Inspeção nos Estabelecimentos Farmacêuticos nos Estados Partes.
RDC nº 234, de 20 de junho de 2018	Dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos (revoga o art. 52 da RDC nº 17/2010)
RDC nº 301, de 28 de agosto de 2019	Dispõe sobre as boas práticas de fabricação de medicamentos.
Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998	Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.
Portaria nº 6, de 29 de janeiro de 1999	Aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 que instituiu o Regulamento Técnico das substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO	
RDC nº 430, de 08 de outubro de 2020	Dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos.
INDÚSTRIA DE RADIOFÁRMACOS	
Resolução RDC nº 301, de 28 de agosto de 2019	Dispõe sobre as boas práticas de fabricação de medicamentos.
IN nº 37 de 21 de agosto de 2010	Dispõe sobre as boas práticas de fabricação complementar de medicamentos de radiofármacos
RDC nº 263, de 4 de fevereiro de 2019	Dispõe sobre o registro de medicamentos radiofármacos de uso consagrado fabricados em território nacional e sobre a alteração da Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 64, de 18 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o registro de Radiofármacos.
EMPRESAS DE BENS E/OU SERVIÇOS COM ATIVIDADE DE MANIPULAÇÃO / PRODUÇÃO / FABRICAÇÃO DE NUTRIÇÃO (ENTERAL E/OU PARENTERAL)	
Portaria Nº 272, de 8 de abril de 1998	Regulamento Técnico Para a Terapia de Nutrição Parenteral
RDC 503, de 27 de maio de 2021	Dispõe sobre os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Enteral.
INDÚSTRIA DE ÁGUAS ENVASADAS (ADICIONADAS DE SAIS)	
Decreto Lei Nº 986 de 21 de outubro de 1969	Institui Normas Básicas sobre Alimentos
Portaria Nº 888 de 4 de maio de 2021- MS	Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade
Portaria Nº 1.428 de 26 de novembro de 1993	Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos
Portaria Nº 326 de 30 de julho de 1997	Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênicas Sanitária e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos
Resolução Nº 182 de 13 DE OUTUBRO DE 2017	Dispõe sobre as boas práticas para industrialização, distribuição e comercialização de água adicionada de sais.
Resolução RDC Nº 275 de 21 de outubro de 2002	Regulamento Técnico De Características Microbiológicas Para Água Mineral Natural E Água Natural
Resolução RDC Nº 274 de 22 de setembro de 2005	Regulamento Técnico Para Águas Envasadas e Gelo
Resolução RDC Nº 259 de 20 de setembro de 2002	Regulamento Técnico Sobre Rotulagem de Alimentos Embalados
Resolução RDC Nº 267 de 25 de setembro de 2003	Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Industrializadores de Gelados Comestíveis e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação
Resolução RDC Nº 216 de 15 de setembro de 2004	Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação
Resolução RDC Nº 18 de 29 de fevereiro de 2000	Normas Gerais para Funcionamento de Empresas Especializadas na Prestação de Serviços de Controle de Vetores e Pragas Urbanas
Lei Federal Nº 6.437 de 20 de agosto de 1977	Configura Infrações à Legislação Sanitária Federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências
INDÚSTRIA DE ÁGUAS ENVASADAS (MINERAL)	
Decreto Lei Nº 7841 de 8 de agosto de 1945	Código de Águas Minerais
Portaria Nº 374 de 1 de outubro de 2009	Aprova a norma técnica que dispõe sobre as Especificações Técnicas para o aproveitamento de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa
Portaria Nº 387 de 19 de setembro de 2008	Disciplina o uso de embalagens plástico- garrafão retornável, destinadas ao envasamento e comercialização de água mineral e potável de mesa e á outras providências
Portaria Nº 470 de 24 de novembro de 1999	Define que o rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral e potável de mesa deverá ser aprovado pelo Departamento de Produção Mineral- DNPM, a requerimento do interessado, após a publicação, no Diário Oficial da União, da respectiva portaria de

Matriz SIPOC
Processo - Licenciamento Sanitário

	concessão de lavra
INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
RDC nº 18/1999 - ANVISA	Palmito em Conserva - Anexo instrumento de avaliação de estab. Industrializadores - BPF
RDC nº 81/2003 - ANVISA	Etapas críticas da produção - POP's
RDC nº 28/2000 - ANVISA	Sal destinado ao consumo humano - Anexo instrumento de avaliação de indústria salineira
Lei Federal nº6150/1974	Obrigatoriedade de iodação no sal
Decreto Federal 75.697/1975	PIQ do sal para consumo humano
Portaria nº 24/1994 - MT	Higiene e saúde dos manipuladores de alimentos (PCMSO)
RDC nº 22/2000 - ANVISA	Procedimentos Básicos de Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Importados
RDC nº 23/2000 - ANVISA	Manual de Procedimentos Básicos de Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Importados
RDC nº 27/2010 - ANVISA	Categorias de alimentos e embalagens isentos e com obrigatoriedade de registro
RDC nº 240/2018 - ANVISA	Alterou anexos I e II da RDC nº 27/2010 - alimentos e embalagens isentos e com obrigatoriedade de registro
Resolução ANVS/MS 16/1999	Procedimentos para registro de novos alimentos e novos ingredientes
Resolução ANVS/MS 17/1999	Registro de novos alimentos e novos ingredientes
RDC nº 18/1999 - ANVISA	Alimentos com alegação de propriedades funcionais e de saúde
RDC nº 19/1999 - ANVISA	Alimentos com alegação de propriedades funcionais e de saúde
Portaria SVS/MS 30/1998	Alimentos para controle de peso
Portaria SVS/MS 29/1998	Alimentos para fins especiais
RDC nº 259/2002 - ANVISA	Rotulagem em geral
RDC nº 359/2003 - ANVISA	Porções de alimentos
RDC nº 360/2003 - ANVISA	Rotulagem nutricional
Lei Federal nº 10674/2003	Obrigatoriedade de informar sobre a presença de glúten nos alimentos
IN nº 22/2005 – MAPA	Regulamento técnico para rotulagem de produto de origem animal embalado
RDC nº 54/2012 - ANVISA	Informação Nutricional Complementar
RDC nº 26/2015 - ANVISA	Rotulagem de alimentos Alergênicos
RDC 54/2012 - ANVISA	Informação Nutricional Complementar (Legislação harmonizada com MERCOSUL)
RDC 274/2005 - ANVISA	Regulamento técnico para águas envasadas e gelo

Matriz SIPOC
Processo - Licenciamento Sanitário

SERVIÇOS DE SAÚDE	
UNIDADE DE BANCO DE OLHOS, SANGUE, CORDÃO UMBILICAL, PLACENTÁRIO E BANCO DE CÉLULAS E TECIDOS GERMINATIVOS - BCTG	
RDC 29/2008	Regulamento técnico para o cadastramento nacional dos bancos de células e tecidos germinativos e o envio de informação de produção de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento.
RDC 72/2016	Regulamento técnico para funcionamento dos bancos de células e tecidos germinativos.
RDC 55/2015	Boas práticas em tecidos humanos para uso terapêutico.
RDC 214/2018	Boas práticas em células humanas para uso terapêutico e pesquisa clínica.
SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA	
RDC 75/2016	Boas Práticas no Ciclo do Sangue.
RDC 151/2001	Níveis de Complexidade dos serviços de Hemoterapia.
RDC Nº 57/2010	Determina o Regulamento Sanitário para Serviços que desenvolvem atividades relacionadas ao ciclo produtivo do sangue humano e componentes e procedimentos transfusionais.
PORTARIA Nº 158, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016	Redefine o regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos.
PORTARIA Nº 747, DE 21 DE MARÇO DE 2018	Redefine a Câmara de Assessoramento da Política Nacional de Sangue, Componentes e Derivados no âmbito do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados - SINASAN.
Resolução RDC nº 20/2014	Transporte Material Biológico.
SERVIÇOS DE SAÚDE	
RDC 45/2003	Regulamento Técnico de Boas Práticas de Utilização das Soluções Parenterais (SP) em Serviços de Saúde.
RDC 220/2004	Aprova o Regulamento de funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica.
RDC 9/2009	Regulamento Técnico de Boas Práticas de Utilização das Soluções Parenterais (SP) em Serviços de Saúde.
RDC 07/2010	Requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva.
RDC 63/2011	Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde
RDC 06/2012	Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde.
RDC 222/2018 Atos Relacionados: Resolução Conama nº 358/2005	Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde
RDC nº 11, de 22 de março de 2011	Dispõe sobre o controle da substância Talidomida e do medicamento que a contenha.
RDC 302/2005 – Alterada por: RDC 30/2015	Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos.
RDC 20/2014	Regulamento sanitário para o transporte de material biológico humano.
CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICO	
Portaria SVS/MS nº 453/1998	Regulamento Técnico que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico.
UNIDADE DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA	
RDC 11/2014 Alterada por: RDC 36/2014 RDC 216/2018	Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise.
RDC 33/2008	Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração, avaliação e aprovação dos sistemas de tratamento e distribuição de água para hemodiálise, visando a defesa da saúde dos pacientes e dos profissionais envolvidos.
RDC 08/2001 - A RDC 08/2001 será revogada pela RDC 301/2019, quando esta entrar em vigor (Art.379).	Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação do Concentrado Polieletrólíticos para Hemodiálise (CPHD).

Matriz SIPOC
Processo - Licenciamento Sanitário

Portaria GM/MS 389/2014 - Alterada por: Portaria MS 1535/2014; Portaria de Consolidação GM/MS 03/2017; Portaria de Consolidação GM/MS 06/2017.	Define os critérios para a organização da linha de cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica (DRC) e institui incentivo financeiro de custeio destinado ao cuidado ambulatorial pré-dialítico.
Centro de Especialidades Odontológicas	
RDC 173/2017	Proíbe em todo o território nacional a fabricação, importação e comercialização, assim como o uso em serviços de saúde, do mercúrio e do pó para liga de amálgama não encapsulado indicados para uso em Odontologia.
CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR	
RDC 48/2000	Aprova o Roteiro de Inspeção do Programa de Controle de Infecção Hospitalar.
RDC 42/2010	Obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos, pelos serviços de saúde do País.
PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE	
RDC 15/2012	Requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde
RDC 156/2006	Registro, rotulagem e reprocessamento de produtos médicos.
RE 2605/2006	Estabelecer a lista de produtos médicos enquadrados como de uso único proibidos desde reprocessados.
RE 2606/2006 Alterada por: RE 2305/2007	Diretrizes para elaboração, validação e implantação de protocolos de reprocessamento de produtos médicos.
SEGURANÇA DO PACIENTE	
RDC 36/2013	Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde
SERVIÇO DE MEDICINA NUCLEAR	
RDC 38/2008 Atos relacionados: RES CNEN 159/2013 - Aprova a Norma CNEN nº 3.05 - "Requisitos de Segurança e Proteção Radiológica para Serviços de Medicina Nuclear".	Dispõe sobre a instalação e o funcionamento de Serviços de Medicina Nuclear "in vivo".
BANCOS DE LEITE HUMANO	
RDC 171/2006 Atos relacionados: RDC 12/2001 - Regulamento Técnico sobre Padrões Microbiológicos para Alimentos	Regulamento Técnico para o funcionamento de Bancos de Leite Humano.
SERVIÇOS DE ENDOSCOPIA	
RDC 06/2013	Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os serviços de endoscopia com via de acesso ao organismo por orifícios exclusivamente naturais.
SERVIÇOS DE RADIOTERAPIA	
RDC 20/2006 Atos relacionados: Resolução do Conselho Nacional de Saúde/MS nº 06, de 21/12/1988, Portaria SVS/MS nº 453/1998, Resolução da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN nº 130/2012	Regulamento Técnico para o funcionamento de serviços de radioterapia, visando a defesa da saúde dos pacientes, dos profissionais envolvidos e do público em geral.

Matriz SIPOC
Processo - Licenciamento Sanitário

SERVIÇOS QUE DESENVOLVEM TERAPIA NUTRICIONAL (PARENTERAL E ENTERAL) COMO ATIVIDADE INTEGRANTE DO AMBIENTE HOSPITALAR.	
POLICLÍNICAS PÚBLICAS	
SERVIÇO DE RADIODIAGNÓSTICO	
UNIDADE E/OU SERVIÇO DE QUIMIOTERAPIA	
UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO	
SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO	

Matriz SIPOC
Processo - Licenciamento Sanitário
